



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - APRIMORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0027/13	DATA: 27/02/2013
INÍCIO: 15h33min	TÉRMINO: 17h01min	DURAÇÃO: 01h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h28min	PÁGINAS: 30	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Definição de roteiro de trabalho e apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Nós vamos dar início à reunião da Comissão Especial destinada a efetuar estudos, levantar as proposições em tramitação e apresentar propostas em relação à temática envolvendo o aprimoramento do Estado, das instituições e da democracia brasileira.

O nome é bastante grande. Talvez depois nós possamos dar um jeito de fazê-lo encolher. Por exemplo, Comissão Especial para a relação entre os Poderes. Alguma coisa mais palatável.

Estou sendo lembrado aqui pela nossa Secretária que o apelido é Comissão Especial de Aprimoramento das Instituições Brasileiras.

Eu gostaria de lembrar que este assunto está na Ordem do Dia. Nós estivemos, eu e o Secretário Rogério Carvalho, com o Presidente Henrique Eduardo Alves, que ficou até surpreso com a existência desta Comissão, embora ele tenha feito as indicações, talvez por ato de ofício, e com a oportunidade da existência dela.

Nós lembrávamos e ele lembrava que estamos num momento de tensão entre as instituições, tensão entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo... Muitas vezes nós nos consideramos atropelados pelo Executivo. E eu já ouvi, quando fazia parte do Executivo, na condição de Ministro, que nós vivemos na verdade um parlamentarismo disfarçado, porque o Congresso teria muito poder sobre os atos do Executivo. Por outro lado, nós reclamamos que as medidas provisórias nos atropelam.

Com muita propriedade, nós temos uma discussão sobre o papel do Ministério Público, se o Ministério Público pode fazer a denúncia, esperar que os aparatos policiais façam as investigações e ele, Ministério Público, apresentar a denúncia ao Judiciário. O que nós vemos é que às vezes o Ministério Público assume também as funções de investigação, e isso gera tensão.

Ou seja, nós vivemos vários tipos de tensão, e é tempo de refletir sobre elas.

Está completando 25 anos de vigência a Constituição de 1988. Então é hora de nós fazermos uma reflexão, de pensarmos, de refletirmos. Sem dúvida nenhuma ela significou avanços, mas a prática de funcionamento da nossa democracia exige que nós façamos uma reflexão e repensemos.

Eu fiquei muito satisfeito nesse contato com o Presidente da Câmara, eu e o Deputado Rogério Carvalho, porque na mesma hora ele absorveu e até cobrou que



esta Comissão resulte em projetos de lei a serem votados rapidamente. Semanas depois ele gostaria de colocar projetos de lei em votação.

O Deputado Rogério Carvalho e eu tivemos a ideia de ampliar esta discussão. A imprensa também precisa discutir, porque o que nós vemos é um certo... Eu fiquei muito assustado lendo um jornal, não sei se o de domingo passado, ou o do domingo anterior. Um colunista bastante respeitável e lido — eu próprio o acompanho — sugeria que talvez o Congresso Nacional fosse até desnecessário entre as instituições da nossa democracia. Ora, nós sabemos que não há democracia sem Poder Legislativo. Então estamos no momento de ampliar e aprofundar essas discussões.

Eu pedi à Terezinha, que tem nos acompanhado com interesse e tem nos orientado, que fizesse um ofício, primeiro, aos membros da Comissão, chamando a atenção de S.Exas. para a importância desta Comissão neste momento, para a importância que o novo Presidente da Câmara dos Deputados dá a este colegiado, com a expectativa de que ela funcione com agilidade, inclusive para fornecer subsídios que possam ser transformados em projetos de lei, para que possamos votá-los.

E também quero lembrar que, em outubro — e depois gostaria que o Secretário Rogério Carvalho fizesse uso da palavra —, e temos aí um limiar, comemoraremos os 25 anos da nossa Constituição. E acho que será um bom momento para prestarmos contas do que conseguimos fazer nesse período.

Acho que vamos ter que reiterar junto aos Líderes, aos que ainda não indicaram, que indiquem os membros titulares e suplentes. E precisamos ser incisivos nesse pedido. Alguns partidos — inclusive o meu, o PMDB — não indicaram os suplentes.

Depois, faremos uma correspondência a cada um dos membros, colocando essa expectativa — que não é só nossa, que estamos à frente dos trabalhos — que a própria Casa, através de seu Presidente, tem em relação ao funcionamento desta Comissão.

Então, declaro aberta a segunda reunião desta Comissão Especial destinada a efetuar estudos, levantar as proposições em tramitação e apresentar as propostas em relação à temática envolvendo o aprimoramento do Estado, das instituições da



democracia. Na verdade, esta é a Comissão que estudará o aprimoramento dos Poderes, das instituições da democracia brasileira.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias das atas da primeira reunião. Pergunto se há necessidade de nós fazermos a leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Francisco Praciano.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo o recebimento dos seguintes expedientes: da Consultoria Legislativa, designando os servidores Dr. Ricardo José Pereira Rodrigues e Dra. Regina Maria Groba Bandeira para prestarem assessoramento técnico legislativo e especializado à Comissão Especial e ao Relator da matéria, Deputado Rogério Carvalho; da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, indicando os servidores Dr. Carlos Antônio Mendes Ribeiro Lessa e Dr. Mauro Antônio Rêgo Costa e Silva para prestarem assessoramento técnico quanto aos aspectos de adequação financeira e orçamentária à Comissão e ao Relator.

Passemos à apreciação da Ordem do Dia.

Primeiro. Definição do roteiro de trabalho e apreciação dos requerimentos. Esclareço, preliminarmente, a finalidade do roteiro de trabalho: servirá para que possamos planejar as ações, estabelecendo prioridades e critérios para o debate, visando a otimização do tempo, a eficácia e a produtividade.

Isso implica dizer que a concordância do colegiado com as propostas de temas, de nomes de expositores, de eventos, etc., não supre a exigência regimental da apresentação dos respectivos requerimentos.

Assim, a realização de reunião de audiência pública, o comparecimento de Ministros, realização de seminários e outros eventos pressupõem a aprovação do respectivo requerimento, que deverá ser apresentado por escrito e autenticado à



Secretaria da Comissão com antecedência mínima que permita sua publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Ademais, os requerimentos apresentados para que a Comissão promova evento ou dele participe fora do Palácio do Congresso Nacional deverão ser subscritos por um terço dos membros da Comissão.

De outra forma, a definição do roteiro de trabalho não se sobrepõe à prerrogativa regimental do Presidente, inscrita no art. 47 do Regimento Interno, de organizar a Ordem do Dia das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão.

Isto posto, feitas as devidas considerações, concedo a palavra ao Deputado Rogério Carvalho para apresentação da sua proposta para o plano de trabalho desta Comissão.

Eu gostaria, mais uma vez, de reiterar a informação de que estivemos hoje com o Presidente da Câmara dos Deputados, quando S.Exa. deu relevo muito grande, João Ananias, aos trabalhos desta Comissão, pedindo-nos inclusive agilidade. E o Presidente, quando discutíamos sobre as tensões entre os Poderes da República, solicitou-nos que ainda este ano apresentássemos propostas de projetos de lei para apreciação e, oxalá, votação nesta Casa, visando ao aprimoramento das relações entre os Poderes da nossa democracia.

Com a palavra o nosso Secretário, nobre Deputado Rogério Carvalho.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Sr. Presidente, antes da palavra do Secretário, gostaria de levantar uma questão de ordem. Na realidade, trata-se de uma observação, uma colaboração, uma contribuição de nossa parte, pois V.Exa. questionou a razão do nome grande, bonito e complicado desta Comissão; eu questiono, também, a complicação, a amplitude, a dificuldade de delimitar as ações, os objetivos desta Comissão, em função do tema. Aprimoramento das instituições significa aprimoramento do Estado brasileiro.

Por conta disso, gostaria que esta Casa — talvez em outra ocasião, pois temos hoje pouca participação — perdesse ou gastasse algum tempo para a definição dos objetivos desta Comissão, para delimitar o espaço, pois o espaço é amplo. O Estado brasileiro é grande. Nosso País é grande, com muitas instituições. Então, precisamos delimitar isso, senão vamos nos perder e fazer centenas ou dezenas de audiências sem continuidade, sem resultado.



E acho que é uma belíssima Comissão — e V.Exa. tem razão quando diz que deveríamos fazer aqui um documento mostrando essa importância. Mas só vamos demonstrá-la se bem delimitarmos e chamarmos a atenção para os objetivos, pois isso pode ser exatamente a atratividade que podemos gerar em nossos companheiros Deputados em relação ao assunto.

Ou seja, isso deve ser feito antes mesmo do roteiro de trabalho, porque este dependerá muito da missão, do foco, do objetivo e dos limites desta Comissão, senão vamos nos perder. Acho que o roteiro é consequência do produto que queremos. Qual é o produto que queremos nesta Comissão?

Eu vejo esta uma Comissão parlamentar, do Poder Legislativo, em que os produtos finais quase sempre são requerimentos oficiais, indicações, PECs, projetos de lei. Esses são, na minha opinião, os nossos produtos.

E só para adiantar, Deputado Rogério Carvalho e Deputado Saraiva, informo que encaminhei um requerimento — o qual acho não será votado hoje — para darmos um caráter prático logo no início de nossos trabalhos, para que possamos gerar atratividade da Casa em relação a esta Comissão. Minha sugestão é criarmos um grupo de trabalho ou uma subcomissão desta Comissão destinada a pesquisar nos arquivos desta Casa o estoque de projetos e proposições sobre o tema, para deles extrair dezenas e centenas — e sei que são centenas, porque já fiz uma pesquisa em parte desses arquivos, quando tratávamos do tema corrupção — de proposta para aprimorarmos o Estado brasileiro.

Um exemplo: há um projeto que está tramitando sobre os Tribunais de Contas dos Estados, cujos conselheiros são indicados somente pelo Governador. Ou seja, o fiscalizado indicando o fiscal. Portanto, há um projeto para aperfeiçoar isso, para melhorar essa indicação.

Outro projeto trata da Justiça brasileira, que é lenta. Há um projeto oriundo de uma Comissão Especial de que participei, da qual foi Relator o ex-Deputado Flávio Dino, do Maranhão, cujo objetivo, na minha opinião, é formidável em relação aos temas que tratam da corrupção e da Justiça. O projeto preconiza a criação, na Primeira Instância, varas especializadas em improbidades e corrupção — e ele pode ser aperfeiçoado, para também contemplar crimes hediondos, a fim de que esses crimes não entrem na fila dos 70 milhões de processos, para que percorram um



caminho mais rápido. Também propôs-se a criação, nos Tribunais de Justiça, de Câmaras de Desembargadores especializadas nos referidos temas; e Turmas, nos Tribunais Superiores. Ou seja, contornando o conjunto de 70 milhões de processos existentes na Justiça brasileira e criando um caminho célere.

Esse é um belíssimo aperfeiçoamento da Justiça brasileira. E está em um projeto de lei já em trâmite.

Portanto, há todo tipo de projeto que se imagina. Há projetos, inclusive, sugerindo o fim do Senado Federal, questionando o bicameralismo. Há projetos de toda natureza.

Então, se pretendemos discutir o aprimoramento do Estado brasileiro, eu gostaria que déssemos um caráter bem prático. E o Presidente, juntamente com o Saraiva e o Rogério, deram o foco certo. Ou seja, devemos pesquisar o que já temos — e esta Casa é rica, o estoque desses projetos são muitos, de vários partidos — e identificar dentre os projetos os mais impactantes, os quais, em tese, representem demandas mais fortes e que podem impactar positivamente o Estado brasileiro. A partir daí, devemos chamar a sociedade civil — notáveis, juristas, movimentos populares — para discutir esses mesmos projetos que já estão tramitando, e ninguém pode mudar a tramitação, e analisá-los. Se forem bons do jeito que estão, vamos ao Henrique Alves para fazê-los tramitar. Se houver necessidade de emendas, vamos fazê-las, se couber. Se não, faremos um novo projeto, articularemos e solicitaremos à Casa para que o faça tramitar.

Este pequeno item neste meu requerimento já daria um bom pontapé e delimitaria um campo bem prático e objetivo desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Sr. Presidente, com a permissão do Deputado Rogério Carvalho, muito rapidamente gostaria de fazer um comentário.

Entendo que é no Parlamento, Deputados Rogério Carvalho e Saraiva Felipe, que devemos discutir esta questão. O que não pode — e vez por outra surgem comentários, inclusive na mídia — é o Estado brasileiro ser repensado por um grupo exógeno ao Parlamento, ou seja, um grupo do Jorge Gerdau e mais não sei quem pensando sobre o Estado brasileiro. Isso seria uma coisa absolutamente estranha.



Então, concordo com o companheiro quando afirma que o Estado brasileiro é complexo. Claro que é. E esta Comissão passa a ser muito complexa, pois passa ter um objeto de estudo profundamente complexo. E ela não poderia ser simples.

Agora, é o Parlamento que deve fazer isso. Se o tempo é curto, vamos fazer em seis meses, depois em mais seis ou tentar outra alternativa. Mas isso tem que ser estudado o tempo todo.

Querem ver só uma questão, Deputados Paulo Teixeira e Saraiva Felipe, nosso Presidente? Apresentei uma PEC e estou colhendo assinaturas para levantar o debate sobre, por exemplo, a situação dos Municípios em relação à eleição. A eleição ocorreu dia 7 outubro, mas a posse dos Prefeitos apenas se deu em 1º de janeiro, após 3 meses. E não sei para quê.

Então, o Prefeito que não se reelegeu ou fez o seu sucessor — e não são exemplos isolados e nem são do Nordeste, mas no Brasil inteiro isso ocorre — fica saqueando os Municípios. Esses Prefeitos deixam de pagar INSS, a folha, não vão atrás dos convênios e emendas dos Deputados, não apresentam documentos; enfim, de tudo fazem para prejudicar o Prefeito eleito, mas na verdade estão prejudicando o povo e o Município.

São questões que, no século XXI, enfrentamos. Mas é preciso enfrentarmos de vez essa relação do Estado — ente federativo maior, a União — com os demais entes da Federação.

Portanto, acho extremamente importante. Acho que devemos definir algo — e, claro, não é possível definirmos tudo — ou estreitar o foco, para colocar uma coisa mais pontual, com mais objetividade, como requereu o Deputado Praciano. Acho fundamental.

Mas acho importante a ideia do Deputado Rogério Carvalho — e já discutimos isso no ano passado —, é momentânea e necessária, porque o Estado brasileiro precisa ser revisto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Antes de passar a palavra ao nobre Líder, Deputado Paulo Teixeira, só gostaria de saber se V.Exa., não sei se houve tempo, chegou a ouvir o que eu dizia sobre uma audiência que tivemos hoje, o Deputado Rogério Carvalho e eu, com o Presidente da Câmara.



Mas o Presidente ficou, primeiramente, surpreso, no sentido positivo — embora tenha feito as indicações, provavelmente as tenha feito de ofício —, com a existência de uma Comissão com essa amplitude nesta Casa, exatamente no momento em que vivemos essa tensão entre os Poderes. Hoje mesmo estamos praticamente paralisados aqui em virtude de uma tensão entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Legislativo.

Da mesma forma, rapidamente, chegamos a falar sobre a questão do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Então, é uma Comissão altamente oportuna.

Em segundo lugar, é o seguinte: vamos fazer aqui com a nossa assessoria legislativa um empenho fantástico e enorme para que os Líderes terminem as indicações, indiquem os suplentes, para que os próprios membros desta Comissão, que em geral são pessoas com alguma história de interesse nesse tema — e vamos chamar de tema, pois na verdade é um tema que desdobra em múltiplos aspectos —, para que eles possam estar atentos e terem uma participação mais ativa e assídua.

Vou passar a palavra aos Deputados Rogério Carvalho e Paulo Teixeira. Antes, porém, em relação às colocações do nobre Deputado Francisco Praciano, eu queria lembrar o seguinte. Primeiro, além de PEC e projetos de lei, esta Comissão ainda tem outra prerrogativa. Podemos fazer indicações a outros Poderes; segundo, podemos fazer recomendações a outras Comissões no que tange à agilização de projetos de lei que estejam tramitando.

E a Terezinha me lembrava que esse trabalho do levantamento do que existe aí a Consultoria Legislativa pode nos ajudar fazendo isso, pode depurar, fazer um levantamento de tal forma que nós possamos escolher, dentre o que já vem tramitando, o que cai bem dentro do nosso interesse e selecionarmos. Esta Comissão tem o poder de fazer recomendação a outras Comissões para que agilizem as apreciações e a votação desses projetos.

E ao invés de eu tentar aqui agora, a gente tentar fazer uma delimitação, eu acho que na apresentação do roteiro, que será feita pelo Deputado Rogério Carvalho, depois da intervenção do Deputado Paulo Teixeira; nós podemos podar a partir do que ele apresentar como roteiro.



Nós podemos aqui, coletivamente, atender à expectativa de V.Exa. no sentido de não nos perdermos na amplitude do tema; que nós possamos ter foco. Aliás, foi o que nos foi cobrado hoje pelo Presidente da Câmara. É tão importante nesses 25 anos de funcionamento da Constituição de 1988 que nós possamos, inclusive, a partir do nosso trabalho, produzir projetos que possam ser apreciados e votados ainda este ano em homenagem a esses 25 anos de funcionamento da nossa Constituição atual.

Eu estou passando a palavra, agora, e prestando uma homenagem, ao Deputado Paulo Teixeira, que apresentou o requerimento e é o inspirador para a criação desta Comissão Especial. Portanto, presto esta homenagem a ele ao mesmo tempo em que lhe passo a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Muito obrigado.

Cumprimento o ilustre Senador Saraiva Felipe, V.Exa. foi um excelente Ministro da Saúde; nobre Deputado Rogério Carvalho, competente Deputado que, igualmente, foi Secretário da Saúde tanto do Município quanto do Estado de Sergipe, Aracaju; quero cumprimentar o nobre Deputado João Ananias, o Deputado Francisco Praciano e a Deputada Rosinha da Adefal.

Eu creio que esta Comissão tem uma enorme importância para a revisão dos temas. Normalmente não se tem tempo para revê-los. E não se tendo tempo para revê-los, afetam profundamente a política no Brasil.

Um primeiro tema sobre o qual creio que teremos de refletir e se fala muito hoje é a judicialização da política. A política passou a ter o *locus* da sua decisão não na política, mas no Poder Judiciário.

Tem um livro, Deputado José Genoíno, organizado pelo Moreira, e eu estou iniciando a leitura desse livro, mas é curiosa uma das propostas que ele faz. Achei curioso ao refletir sobre uma dessas propostas. A reflexão dele vai na direção de que quem hoje arbitra as eleições é o Judiciário. Então, como que o Legislativo e o Executivo poderão fazer qualquer modificação de fundo se os nossos próprios mandatos dependem de decisões do próprio Poder Judiciário?

Hoje o sujeito ganha a eleição. Essa é a primeira etapa da vitória dele, porque, depois, a segunda etapa é o questionamento judicial da sua eleição.



Portanto, ele ali propõe uma comissão eleitoral, um tribunal eleitoral independente, desvinculado do Poder Judiciário. É uma reflexão feita naquele livro, e, já que ele está programado para vir aqui, é um debate que eu acho necessário se fazer em relação a esse tema da judicialização da política.

O segundo tema que eu acho importante é que o Estado brasileiro desenvolveu, ao longo da década de 1990 e do ano 2000, uma série de instrumentos para controle da corrupção, para combate à corrupção, e uma série de instituições. Na minha opinião existe hoje uma divergência na atuação dessas instituições, que tem levado à paralisação do Estado. Hoje, no mesmo processo, atuam o jurídico do Ministério, a CGU, que faz o controle interno da administração, o TCU, que é um órgão auxiliar do Legislativo, mas que ganhou características de independência — o Legislativo pouco atua sobre o TCU —, e depois do TCU, o Ministério Público e a Polícia Federal. E cada um joga mais duro naquele processo, inviabilizando assim outra função, que é da gestão da política.

Por exemplo, o Tribunal de Contas normatiza, como a CGU também, extrapolando, inclusive, as suas competências de normatização.

Então, esta Comissão teria que compatibilizar os órgãos de controle, evitando que eles legislassem e baixassem regras sobre como proceder, inclusive com poderes, na minha opinião, exagerados. Há um Ministro que diz que são cinco bem pagos para controlar o mal pago. Então, é um excesso de controle que há em relação ao terceiro setor no Brasil, às ONGs, etc.

Eu creio que nós estamos chegando a um momento de exaustão. Qualquer instituição, no terceiro setor, que trabalha com recursos públicos passa a correr alto risco, não pela imoralidade dos seus atos, mas pelo excesso de formalismo. Nós criamos uma situação em que erigimos instituições, construímos legislações para combater corrupção, mas que estão, de alguma forma, direcionadas e às vezes atuam na limitação do bom gestor.

Esse é um tema que eu gostaria de trazer, porque longe de mim querer diminuir os controles, mas efetivamente eles têm que ser compatíveis entre si, eles têm que ser equilibrados.

Um terceiro tema que eu quero trazer aqui é o tema da improbidade administrativa. Esse tipo penal da improbidade administrativa é tão aberto que



permite a aplicação de princípios. Por exemplo, alguma atividade do gestor que teria sido considerada como improbidade administrativa. Ela mata de morte esse gestor, mas permite, na minha opinião, um grau de subjetividade elevado.

Então, nós teríamos que nos debruçar sobre a legislação de improbidade administrativa para garantir que haja critérios objetivos de definição dessa prática administrativa, porque senão a ponderação de princípios apenas pode prejudicar o bom gestor. Claro, aquele gestor que desviou recursos públicos, que desviou verbas públicas, que agiu com abuso, nós não queremos protegê-lo. Mas nós achamos que esse tipo acaba atingindo bons gestores, apenas pela possibilidade de dar um subjetivismo na aplicação dessa legislação.

Por último, queria falar, para análise, sobre o tema do inquérito civil.

O inquérito civil, às vezes, fica aberto por 3, 5 anos. É uma espada na cabeça do gestor e não há qualquer controle judicial. Seria o caso de se estabelecer um controle judicial que tenha prazo sobre o inquérito civil, como há no inquérito penal, porque senão você estabelece um mecanismo em que o gestor público é que fica vulnerável, fica extremamente ao sabor daquele que deveria fazer o controle, mas pode agir com abuso.

Há promotores que, via de regra, são competentes, mas precisamos garantir uma legislação que proteja o gestor em relação ao abuso de algum órgão de controle.

Queria levantar estas questões: o tema do Tribunal Eleitoral, o tema da compatibilização de controles, o tema do inquérito civil, a questão relacionada à legislação de improbidade administrativa. Ao levantar esses temas, creio que, se conseguirmos avançar sobre alguns deles, teremos um grande avanço na gestão brasileira.

Por último, queria levantar outro tema que é o gestor e a sua responsabilidade.

O senhor, como Ministro, ou o Deputado Rogério, como Secretário, assinam um processo baseado numa cota de um Procurador que indica ser favorável à assinatura daquele processo. Eventualmente, pode ter havido erros. Agora, não é justo que o gestor pague o advogado para defendê-lo de um processo que ele fez na sua função pública. Queria trazer esse tema também.



Alguns bancos públicos federais estão criando seguros — acho que é o caso do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES. Eles criam o seguro e, depois que aquele gestor sai, aquele seguro cobre eventuais gastos com honorários advocatícios. Algumas esferas têm outras, não essa proteção ao gestor. O que está acontecendo ao final? Com tantos problemas de excesso de controle da abertura da Lei de Improbidade Administrativa e também com relação ao pagamento de honorários advocatícios, hoje muito gestor não quer mais assinar nada, porque a responsabilidade dele passa a ter consequências tão grandes que ficou perigoso decidir. E não queremos um gestor que tenha medo de decidir. O gestor precisa ser ágil na sua decisão.

Tudo isso que estou falando aqui é em defesa do bom gestor, do gestor honesto. Não quero aqui desarticular nenhum dos controles que possa pegar o desonesto. Mas, em relação ao gestor honesto, acho que há uma sobrecarga que está diminuindo a velocidade da gestão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Deputado Paulo Teixeira, antes de passar a palavra ao Deputado Rogério Carvalho, queria dizer que essa intervenção de V.Exa. de alguma forma clareia, joga luz sobre a necessidade de fazermos essa discussão.

Não faz muito tempo, no Governo Lula, tive a oportunidade de assumir o Ministério da Saúde, nos anos de 2005 e 2006, e montei uma comissão. Na verdade, o Rogério era Secretário estadual há época, e lembra que o perfil das pessoas era de sanitarista, que, como eu, desde a década de 70 vinham se empenhando para a criação de um sistema universal público que acabou resultando, em 1988, no SUS — mas começou bem antes, Deputado Paulo. Fiquei espantado, porque aquelas pessoas que eu conhecia da vida inteira — viu, Ananias? — todas se dispunham a me assessorar, desde que não tivessem caneta. E eram pessoas absolutamente experientes — é um julgamento meu, que as conheço a vida inteira —, ilibadas.

Mas isso virou um problema, ninguém queria ser ordenador de despesa nenhuma no Ministério. Eu vivi momentos anteriores, na década de 80, logo depois da implantação da Nova República, quando ocupei cargos complicados. Eu era



ordenador de todas as despesas médicas do então Ministério da Previdência e Assistência Social. Eu era o Secretário nacional.

Na época, eu assinava cheque, hoje é meio eletrônico, e não tinha receio. Eu fui Secretário municipal, Secretário estadual, Secretário Executivo, como ordenador de despesa no Ministério da Previdência e no Ministério da Saúde. Como ordenador de despesa, montei a Secretaria de Ciência e Tecnologia na Saúde, tinha muito recurso. Passei pelo Ministério. Mas hoje, eu não sei — e estou dizendo aqui. Eu acho que hoje estou absolutamente temeroso — acho que já discuti isso com o Deputado João Ananias — de voltar ao Executivo.

E isso, neste momento, Deputado Paulo, está acontecendo. Ninguém assina nada, nem o que é absolutamente legítimo. Por exemplo, alguém presta serviço, Deputado Praciano, e diz: *“Estou precisando receber”*. O sujeito não consegue receber e o ordenador tem toda a atestação ali. Eu estou falando no caso de uma situação evidentemente sem nenhum tipo de mácula, sem nenhum tipo de desvio. E isso está parando a administração pública federal, sim.

Por exemplo, eu conheço gestor na área de transporte. O Tribunal de Contas — é uma obra essencial —, mas levantou algum tipo de problema, Deputado Ananias, as máquinas estão paradas à beira da obra paralisada. Dizem: *“Olha, deve ser um problema grave”*. *“Não, não, o pessoal levantou, ainda está estudando, mas eu já parei. Vai ficar do jeito que está”*.

Claro que não é só isso. Eu acho que também o Deputado mostra bem, é isso mesmo. É uma série de pessoas, de instituições com pessoal muito jovem, muito impetuoso, às vezes muito bem pago para cuidar da mesma situação e premir as pessoas, que estão fugindo do papel de gestores.

Em Minas Gerais, em alguns Municípios, o candidato a Prefeito foi pego a laço, ninguém queria, até porque todos os ex-Prefeitos, Paulo, todos os que estão vivos tinham problema. Você imagina, não é possível, havia sete ex-Prefeitos e eles estavam buscando, eu ajudando, como Parlamentar, inclusive, a buscar alguém. A as pessoas de bem que poderiam ajudar também não se dispunham, até pelo antecedente dos ex-Prefeitos, o que aconteceu com essas pessoas, não se dispunham a servir as suas comunidades.



Então, isso aí só reforça a importância do trabalho desta Comissão. Nós vamos nos empenhar junto a nossa assessoria para que todos os Parlamentares tenham a clareza da importância do seu funcionamento neste momento.

Com a palavra o Deputado Rogério Carvalho, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não, Deputado Praiano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Uma vez que não temos *quorum*, eu pediria a bondade de falar mais 2 minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Nós estamos constatando que esta vai ser rica. Dá para ver aqui pelas intervenções de V.Exa, do Paulinho, do Ananias. E eu gostaria de fazer também uma indicação, para começarmos a ver os nossos limites e até aonde podemos ir.

Primeiro, o Paulo, quando fala em TCU, em TCE, em Ministério Público e Fazenda, está dizendo uma coisa: as instituições não querem se automodificar. Nós temos tradições nessa área e mexer com isso é um vespeiro, é uma dificuldade. Primeira coisa, tratar de mudança do Estado é sempre uma coisa difícil.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir ao Rogério, como Relator, que se lembrasse disto: uma instituição especial, diferenciada nesse processo, é a Justiça brasileira. E eu me refiro a uma pesquisa, Rogério, de um instituto chamado McKinsey. Eu gostaria que esta Casa, embora a pesquisa seja de 4, 5 anos atrás, tomasse conhecimento dela. A pesquisa diz quais são as barreiras que o Brasil precisava superar para chegar mais rapidamente ao Primeiro Mundo.

São cinco barreiras: o gigantismo do Estado; a produtividade; a infraestrutura e tal. Mas uma específica se chama Justiça, o que é interessante. Pergunta: “A *Justiça brasileira é cara?*”. É mostrado por estatística o custo da nossa Justiça em relação a alguns países do mundo. O custo da nossa Justiça é de 3,7% do Orçamento nacional, 3,7%, e a média do mundo é abaixo de 1%, como a Itália, que gasta 1% do Orçamento com Justiça. Nós temos uma Justiça cara.



São apontados caminhos. Se nós temos bastante dinheiro, deve ser problema, então, de mão de obra. É feita outra estatística, um gráfico, mostrando que nas varas de Justiça do mundo a média de funcionário é 10, na brasileira, 14.

O que está acontecendo com a Justiça brasileira, se ela é muito cara, tem muito recurso e bastante gente? São mostrados alguns caminhos e que o juiz brasileiro — e isso nós temos que aperfeiçoar — trabalha para fazer a jurisdição, para sentenciar, para julgar somente 35% do seu tempo, num país que tem 70 milhões de processos. Por quê? Porque os outros 65% são para administrar a vara, pagar água, luz, contratar funcionário, fazer licitação, enquanto no mundo, na Austrália e em outros países, já existe, no organograma da Justiça, o administrador judiciário, e o juiz tem 100% do tempo para sua função. E por aí vai.

Dou outro exemplo clássico. A Corte americana julga 200 processos por ano. No nosso Supremo, que é a nossa Corte, são 100 mil processos por ano. Principal motivo: a súmula vinculante não é respeitada.

Nesse caminho, eu gostaria que se incluísse um item especial das instituições, a análise, como V.Exa. falou, se não vamos fazer leis, de indicações, de sugestões. Para generalizar, eu acho que aqui nesta Comissão deveriam estar bastante presentes o Executivo, de peso, pessoas, representantes de peso, o Judiciário e a nossa própria Casa, que precisa ser melhorada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Vou passar a palavra ao Deputado Rogério Carvalho.

Nós estamos correndo o risco de se iniciar a sessão ordinária agora à tarde e termos que interromper os nossos trabalhos.

Com a palavra o nosso Relator, Deputado Rogério Carvalho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes.

Eu acho que nós temos, falando do roteiro, uma questão central que deve nortear e embasar todo o debate sobre o aprimoramento das instituições democráticas: a democracia. Neste momento, acredito que o grande risco e o grande desafio que temos são como aperfeiçoar a democracia brasileira. Sob o manto da democracia e do aprimoramento da democracia, aprimorando as



instituições democráticas, queremos chegar a uma democracia que vai amadurecer, desenvolver-se e garantir que convivamos.

Para fazer isso, nós pensamos, do ponto de vista de estruturação, primeiro, como podemos melhorar a nossa democracia ou consolidá-la. Uma das questões centrais é a discussão do sistema de governo, como um foco, para que possamos avaliar como concebemos o nosso sistema de governo. Nós temos que ir à raiz, ou seja, à origem, às grandes definições do que é o nosso sistema de governo. Se ficarmos na periferia dos problemas decorrentes, vamos levar 10 anos e não vamos conseguir buscar aquilo que é a origem da produção dos defeitos ou das incapacidades que o nosso sistema de governo, criado na Constituição de 1988, apontou.

Por que a Constituição de 1988 é o grande instrumento de reflexão a partir do qual a gente deve focar o nosso trabalho? Porque ali nasceu uma nova institucionalidade, a institucionalidade da democracia que nós vivemos hoje. Então, um dos focos que eu acho fundamental é o debate sobre o sistema de governo. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Eu gostaria de anunciar que nós estamos funcionando com *quorum*.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - A segunda questão — eu acho que o Deputado Paulo Teixeira trouxe alguns desses debates aqui; todos trouxeram — eu vou localizar.

Nós temos um debate para fortalecer a democracia. Se a gente pensar que a nossa Constituição foi elaborada, pensada depois de vários regimes de exceção, que a gente estava acabando de sair de uma ditadura — ou seja, governo era sinônimo de autoritarismo —, concluiremos que tudo que se fez, de certa maneira, fez-se para diminuir a capacidade dos governos: governos submetidos, governos controlados, governos que não poderiam tornar-se autoritários novamente. E nós criamos várias vacinas institucionais contra o Governo, só que, de certa forma, contra a democracia, porque essas vacinas podem ser mortais para a própria democracia, visto que os governos são, na verdade, a representação da vontade popular em determinado momento histórico.



Portanto, a discussão da relação Estado *versus* Governo deve ser o manto para as discussões, ou seja, deve abrigar, acolher as discussões, por exemplo, a que o Deputado Paulo Teixeira traz, a do “controlismo”. O que é o “controlismo” senão a burocracia que nós construímos com a Constituição de 1988, maior do que as instâncias e as instituições democráticas que representam a vontade popular e, portanto, aquilo que vai dar legitimidade inclusive à burocracia, que deve ser para servir à vontade popular, que está representada nos governos? Portanto, discutir Governo *versus* Estados. Esse é o debate central para que a gente possa criar a base teórica conceitual para discutir os exageros do Ministério Público, os exageros dos Tribunais de Contas, os exageros dos órgãos de repressão.

Como a gente vai fazer isso? Só discutindo Governo e Estado à luz do debate da democracia, do que ela representa. Por isso democracia é o grande manto sob o qual todas as discussões devem ocorrer: sistema de Governo; Governo *versus* Estado — esse é o debate central, porque aí entra o inquérito civil. São ações de quem opera pela burocracia de Estado, o que é um risco. A gente está vendo aí uma aliança dessa burocracia com a imprensa, ou seja, quem não tem voto se arvorando da condição de representante da opinião pública, de representante da sociedade, querendo, inclusive, reformar o Brasil sem ter delegação da sociedade para esse fim, o que demonstra que há a necessidade de a gente discutir Governo e Estado. Debaixo desse manto, todos esses temas e outros que nós discutimos aqui.

Outro ponto central é a questão federativa. O Brasil construiu vários sistemas, por exemplo, sistema de assistência social, sistema de saúde, de educação, ou seja, nós criamos um Estado que tem três entes federados. Essa não era a tradição do Brasil: três entes federados. Nós criamos esse Estado. De que maneira esse Estado vai operar sistemas nacionais e qual a inovação gerencial e de gestão que precisamos adotar...

(Não identificado) - E entes autônomos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Autônomos, entes de Estado.

Devemos adotar para garantir a complementariedade que está na Constituição, mas de que a gente não vê desdobramento prático para tornar os serviços públicos e este País mais democrático? Mais uma vez, o manto que tem que cobrir isso é o manto da democracia e do Estado e do pacto federativo para dar



conta disso. É óbvio que aqui nós vamos ter que entrar no debate da repartição das riquezas do País. E é óbvio que a gente também vai ter que considerar que este é um país continental, com distâncias do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social; que é preciso ter uma união com certo poder de garantir os desenvolvimentos regionais, etc. Mas eu acho que a questão federativa é outro eixo, também pensando na democracia.

Por fim, a democracia em si, ou seja, a forma de participação. E aí, Paulinho, V.Exa. traz mais um debate. Como se vive numa sociedade democrática, com aquele que é o momento mais nobre da democracia, em que a sociedade, em festa, discute os seus rumos — futuro —, se esse rumo hoje é tolhido por uma série de interferências que atrapalha o debate democrático? Então, nós precisamos discutir um regramento eleitoral permanente, diminuindo o ato legislativo e a autonomia total do Judiciário sobre uma questão que é fundamental para se garantir a democracia. Então, na hora em que a gente for discutir democracia, ou seja, participação, democracia representativa, democracia participativa, esse é um tema que tem que vir.

No quesito partido, vejam, não é possível democracia sem partido. Nós temos que fazer um debate mais profundo sobre o que é partido como instrumento de participação da sociedade, como instrumento que consolida a democracia.

Então, a minha sugestão de roteiro é tratarmos do aprimoramento das instituições, primeiro, debaixo do manto da democracia, para consolidar a democracia em torno destes quatro grandes eixos: sistema de governo; Estado *versus* Governo; a questão federativa e a democracia participativa e representativa, para que a gente possa discutir os instrumentos que a Constituição de 1988 produziu e aquilo de que ela não conseguiu dar conta porque a gente não tinha uma vivência democrática constituída. Depois desses 25 anos, a gente pode olhar para trás e dizer: *“Há furo aqui; não há furo; há necessidade de aprimoramento”*.

Nesse sentido, qual foi a estratégia que nós adotamos? Adotamos a estratégia de fazer seminários temáticos e trazer acadêmicos ou formadores de opinião para a gente fugir do embate das posições institucionais. Não interessa para a gente trazer aqui, neste momento, a Justiça e o Ministério Público. Interessa trazer aqui os doutrinadores, o debate mais acadêmico para que a gente possa conformar



uma ideia sobre esses temas, por exemplo, sobre sistema de governo, a fim de que a gente possa aprimorar o debate sobre isso e identificar alguns furos a partir da luz, não de um olhar institucional interessado.

Outro ponto: a questão do Estado; fazer um seminário também com essa linha. Enfim, fazer todos os seminários com essa linha. A gente imagina que se esse trabalho for bem feito... Nós temos um roteiro de viagens. Estamos propondo a França e os Estados Unidos para discussão sobre sistema de governo, porque a França é um país parlamentarista, mas com um presidente forte, e os Estados Unidos são um país presidencialista, com um presidente forte e um Congresso forte. Ou seja, a gente ter um misto dessas duas coisas para a gente fazer uma reflexão à luz de alguma experiência democrática consolidada, com mais de 1 século de construção, e poder fazer uma avaliação.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Em relação à questão federativa, propomos a Alemanha, que tem um sistema federativo com três entes, e a Rússia, que também tem uma similaridade desse ponto de vista, para a gente discutir como elas caminham.

Por fim, na semana de outubro, a gente fazer a primeira apresentação do relatório com um grande debate numa Comissão Geral nesta Casa, com vários eventos em que esta Comissão assuma o protagonismo ativo, com o apoio do Presidente da Câmara. Esta Comissão assumiria o protagonismo ativo do debate sobre os 25 anos da Constituição, apresentando para a sociedade o resultado inicial de tudo que a gente está fazendo. A partir daí, seminários e debates nos Estados para que a gente possa levar essa mensagem e fazer esse debate no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Deputado Rogério Carvalho, Deputadas e Deputados desta Comissão, estou aqui no mesmo sufoco. Temos *quorum* para o início da Ordem do Dia. Temos sobre a Mesa alguns requerimentos.

Então, em primeiro lugar, consulto acerca do plano de trabalho apresentado pelo Deputado Rogério Carvalho.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não, Deputado Praciano. Para discussão?



O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Para discussão. Sr. Presidente, eu continuo insistindo que esta Comissão é rica. Se a gente não delimitar, não criar limites, nós vamos, na minha opinião, inviabilizar nossos trabalhos.

Ouvindo o Deputado Rogério, eu tenho medo que a gente extrapole a função da Comissão, porque, quando se fala em aprimoramento do Estado brasileiro, a gente está falando quase de uma Constituinte, entrando inclusive em cláusulas pétreas — mexer com a estrutura da República, com a questão do Estado brasileiro.

Então, uma reflexão, sim. Se o objetivo é fazer reflexão está perfeito. Se o objetivo é chegar em outubro e a gente criar uma consciência crítica no Brasil sobre o Estado brasileiro, beleza, bater palmas para a Comissão, está perfeito. Se eu quero aproximar esta Comissão do dia a dia do Estado brasileiro, da CGU que está extrapolando, da Justiça que está lenta, a gente perde esse foco. Aí passaríamos a ter uma Comissão muito teórica, muito abstrata. É um ponto de vista que eu tenho.

Então, por exemplo, nós temos um negócio seriíssimo neste País. Sonegação: 300 bilhões de reais. Por que estão acontecendo sonegações? Qual a opção? Mais 100 bilhões. Nós estamos falando de 300 bilhões no Brasil. Por quê? Porque o Estado brasileiro é frágil. Frágil onde? Frágil na CGU, frágil no TSE, frágil na improbidade, porque a Justiça não julga. Se esse for o caminho do dia a dia também, aperfeiçoar o dia a dia do Estado brasileiro, o caminho apontado pelo Deputado Rogério é outro caminho que eu não estava imaginando.

A gente poderia aprimorar um pouco mais essas discussões para definir roteiros e objetivos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Então eu vou fazer uma proposta aqui. Nós não aprovaríamos o plano de trabalho hoje, nós não o colocaríamos discussão, é como se eu abrisse vista junto ao nosso Relator, para que V.Exa. e outros Deputados que queiram depurar, talvez direcionar... Creio que o Deputado Rogério Carvalho aceitaria essa sugestão. Então, nós não fecharíamos hoje a questão do plano de trabalho.

Fica, então, a V.Exa. e a qualquer outro membro da Comissão a possibilidade de reelaborar ou de destrinchar a proposta do nobre Deputado Rogério Carvalho.

(Não identificado) - V.Exa. me permite um aparte? r



O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não.

(Não identificado) - Eu acho que o plano de trabalho pode ser bem trabalhado, da maneira que ele está feito, com as ponderações do Deputado Praciano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Sim, as duas coisas. Não estou eliminando.

(Não identificado) - Então, a minha opinião era que nós votássemos o plano de trabalho e essa calibragem fosse feita ao longo dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Eu posso fazer até outra sugestão. Eu preciso caminhar. Nós acataríamos a proposta de trabalho apresentada, com abertura às modificações sugeridas pelos Deputados.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Eu não tenho nenhuma intenção de viabilizar. Eu só estou discutindo objetivos, missão. E acho que as duas coisas podem ser feitas paralelamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Então eu vou fazer a seguinte sugestão. Estou colocando à apreciação da Comissão. Nós acatamos a proposta de trabalho apresentada pelo Deputado Rogério Carvalho, com as modificações sugeridas pelos Deputados. O.k.? Aprovado.

Vamos ver se conseguimos aprovar os requerimentos sobre a Mesa, os que foram apresentados ontem.

Requerimento nº 1/13, do Sr. Rogério Carvalho — que *“requer solicitação à Mesa da Câmara dos Deputados, em nome desta Comissão, para que realize Semana em Comemoração aos 25 anos da Constituição Federal de 1988”*. Isso seria em outubro.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Para subscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Agradeço ao Deputado João Ananias pela subscrição.

Coloco em apreciação.

Em votação.

O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, eu queria só dar uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não.



O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, esta nossa Comissão tem por escopo o aprimoramento do Estado e das instituições democráticas. Está bem definido isso aqui. Agora, nós já vamos começar aprovando um requerimento para comemorar os 25 anos da Constituição.

Em relação ao trabalho que vai ser feito por esta Comissão, como já disse o Deputado anteriormente, talvez coubesse uma nova Constituinte ou um Congresso revisor, porque é preciso fazer algumas alterações.

Desde a Constituinte — eu fui Constituinte — até aqui têm sido feitas muitas modificações, mas algumas coisas continuam. Por exemplo: medida provisória é um instituto do parlamentarismo e se botou dentro do presidencialismo. Por quê? Porque os Constituintes da época, influenciados por Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Cabral e muitos outros, acharam que iria se implantar o parlamentarismo, e ficou. E foi feito um plesbício, e o parlamentarismo foi derrotado. Mas ficaram aqui algumas coisas que dificultam o andamento do presidencialismo.

Por exemplo, medida provisória. Tem que se ver isso aqui. Talvez até banir e voltar o decreto lei, que era peculiar do sistema presidencialista. Colégio de Líderes. Essas são coisas que têm que ser vistas.

Hoje, se criou uma pecha no Congresso de que existem os Parlamentares da periferia e existem aqueles que realmente são os portadores das mais auspiciosas inteligências para a organização do Estado, e os demais ficam lá pela periferia. Então, essa é uma deficiência que foi trazida pelo Colégio de Líderes. Eu acho que há muita coisa que a gente tem que estudar para ir aprimorando.

O aprimoramento do Estado. O Relator fez uma divagação até bastante ampla em que cabe tudo aquilo que a gente pode querer fazer nesse trabalho que nós temos que realizar. E aprimorar as instituições democráticas é outro fator importante.

E aí nós vamos começar aqui com o primeiro requerimento já fazendo a comemoração de 25 anos da Constituição Federal? Tudo bem! Eu acho que esse é um requerimento que alguém pode apresentar para ser aprovado pelo Presidente da Câmara e... Parece até que a nossa Comissão não tem muito o que fazer, pois começa com esse negócio aqui. Eu não sou contra. Tudo bem. Mas eu acho que logo o primeiro item já vem descaracterizando todo um trabalho que poderá ser feito



em prol do fortalecimento e do aprimoramento do Estado e também das instituições democráticas.

Eram esses os comentários que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Deputado Costa Ferreira, agradeço a intervenção de V.Exa., mas a intenção do Deputado Rogério Carvalho — ele mesmo poderia falar — seria quase que reservar uma data, porque nessa oportunidade nós apresentaríamos, como V.Exa. mesmo reiterou, o que nós produzimos em relação à reavaliação, por exemplo, do Colégio de Líderes, da medida provisória... Seria quase que para reservar um tempo, um espaço. Nós, após avançarmos nessas discussões, depois de amadurecermos sugestões e propostas, simplesmente aproveitaríamos o fato da mobilização dos 25 anos, que vem aí, para podermos fazer essas apresentações.

Talvez, da forma como está colocado — acho que V.Exa. tem razão —, nós estamos entrando na festividade quase que reiterativa do que existe aí, em termos constitucionais. Mas essa não foi a ideia do Relator. A ideia — bom, pelo menos eu tomei conhecimento porque ele apresentou isso ao Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara — seria quase que uma reserva, nessas comemorações que acontecerão, para que esta Comissão possa apresentar os avanços, o que nós conseguirmos. Então, é nesse sentido, é nessa direção. Não é ou apresentamos outra Constituição, ou ignoramos, fazemos uma festa para comemarmos o que na verdade... Nós estamos querendo comemorar, mas comemorar com as correções, com as sugestões de correção, com projetos de leis que possam realmente aprimorar essa Constituição de 1988. Eu não sei se esse esclarecimento satisfaz a V.Exa.

O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA - Eu quero dizer a V.Exa. que foi bastante salutar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Eu entendi o que o Deputado quis dizer. E há uma certa lógica: a gente, nesta Comissão, que quer aperfeiçoar, portanto, mudar a Constituição, já marca uma comemoração da Constituição que nós queremos matar ou que nós modificar. Isso é o que ele entendeu. Mas o



Rogério não tinha só essa intenção, não. Eu entendi que se pode fazer uma comemoração de um marco importantíssimo da nossa democracia e, ao mesmo tempo, tratar disso, fazer o debate.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Usar o tempo, esse espaço para fazer um debate sobre o que a gente estiver discutindo na Comissão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Agora a minha questão de ordem. Esse requerimento está coerente com o roteiro do Deputado Rogério. A fala do Deputado Rogério demonstra que todos esses requerimentos estão exatamente conforme pensa o Relator. Por exemplo: sistema de Governo — uma coisa grande; Estado x Governo; estrutura federativa; democracia participativa e representativa. Esses três estão de acordo com o roteiro. Aprovo sem nenhuma dúvida.

Agora, se for só isso, a missão da Constituição, eu gostaria de, aproveitando a sugestão do Presidente, que a gente modificasse esse roteiro, incluindo o aperfeiçoamento do Estado brasileiro, demandado hoje pelos nossos problemas do dia a dia. Gostaria de colocar o dia a dia, de ser mais pragmático nisso, além de, paralelamente, permitir a discussão na Comissão desses temas.

Então, a minha questão de ordem é: ou a gente aprova isso agora, ou deixa para depois, após definir o roteiro. Porque se o roteiro é só esse, está tudo aprovado, não há nada a discutir.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MACÊDO - Se o senhor me permitir, eu tenho uma questão de encaminhamento sobre esse tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Pois não, Deputado Márcio Macêdo. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MACÊDO - Presidente Saraiva Felipe, eu vou na mesma linha da intervenção anterior, do Deputado Paulo Teixeira. Eu acho que as falas aqui estão se complementando. Eu considero isso um exercício de aprimoramento da Comissão, do objeto a que a Comissão se propõe, que é amplo mesmo, é complexo. E, na medida em que nós formos discutindo, aprimorando, equacionando é que iremos dando o rumo que nós queremos no final. O importante aqui é que se está estabelecendo um ponto de partida e se sabe aonde quer se chegar. Esse processo nós vamos aprimorar ao longo do exercício.



O que eu quero sugerir é que sejam aprovados os requerimentos que estão de acordo exatamente do que o Deputado Praciano colocou aqui, dentro do roteiro do Deputado Rogério, com as preocupações que V.Exa. está colocando, no mesmo sentido do que foi feito anteriormente e que seja aberta a possibilidade de recebimento de outros requerimentos que possam ordenar adequadamente isso ou que possam até corrigir esse processo do ponto de vista de haver mais foco. Eu compreendo um pouco, na fala dos Deputados, sobretudo a do Deputado Praciano, a angústia de uma ideia brilhante como essa, tão generosa e importante para o País e para esta Casa não cair apenas numa reflexão. Isso por si só já seria uma coisa muito boa para o País, mas que essa ideia possa ter um resultado objetivo no que concerne à adequação e ao aprimoramento dos equipamentos democráticos do Brasil.

Era isso que eu queria dizer. E queria, antes de terminar, parabenizar V.Exa. pela instalação da Comissão e parabenizar o meu querido amigo e conterrâneo Deputado Rogério Carvalho pela ideia, pois ele foi o grande formulador dessa concepção da Comissão, que, eu acho, fará muito bem a esta Casa e ao País.

Nós vivenciamos um Estado, Sr. Presidente, que foi forjado num processo em que tivemos algumas influências de regimes totalitários. A nossa democracia é muito recente, muito jovem e ainda precisa ser aprofundada. O Estado em que vivemos é insuficiente para as demandas do povo brasileiro do presente. Ele tem ranços de um estado totalitário. Essa estrutura estatal tem ainda as vielas do Estado construído pelas elites brasileiras, que dominaram por 5 séculos este País. É um Estado que sofre ainda influência do momento populista que o Brasil viveu. Então, nós precisamos aprimorá-lo.

Nós estamos em outro País, outro Estado, um outro país que foi formado, inclusive, com distribuição de renda, com migração de classes sociais, com aprofundamento de alguns equipamentos democráticos da sociedade e outros não.

Então, esta Comissão tem um papel importantíssimo de produzir massa crítica, de produzir formulação. E, se nós tivermos a competência de resolver essa preocupação que o Deputado Praciano colocou aqui, acho que esta Comissão pode dar uma grande contribuição para esta Casa e para o País. Quero, como parte dela, contribuir para que ela tenha êxito e seja bem-sucedida na sua missão.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Deputado Praciano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Perfeito. Quero só dar uma ideia ao Plenário. Nessa linha, eu acho que a lógica é aprovarmos todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Nós não poderemos aprovar globalmente por uma questão regimental. Teremos que aprovar um por um. Então eu queria fazer um acordo de procedimento. O Relator já foi magnânimo no sentido, Deputado Praciano, de que V.Exa. pode não só junto a ele ajudar a detalhar, direcionar mais, dentro dos grandes temas, as questões pontuais, pertinentes.

Segundo, V.Exa. tem todo o espaço para apresentar requerimentos específicos que possam direcionar, mesmo dentro dos grandes temas. Nós estamos abertos a isso, para as questões mais imediatas, mais urgentes, mais objetivas que V.Exa. levantou.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Eu só tenho uma preocupação. Acho perfeita a ideia do Rogério. É boa, é grande, é uma grande reflexão. Agora, se é só isso que nós queremos — olhe aonde quero chegar —, a gente tem que acordar que, além dessa reflexão, a gente vai para o dia a dia das demandas brasileiras.

Por quê? Porque, se isso não estiver bem claro, de repente, estou estudando a relação Estado-Governo — essa é uma audiência — e, aí, eu entro com um problema do TCE do Brasil, e vou diminuir se não houver esse acordo. Estamos falando de grandes temas e, aí, eu digo: gostaria que a CGU, na indicação nossa para a Presidente Dilma, aumentasse o orçamento, pois o orçamento dele é menor do que a Câmara Municipal de Manaus para fiscalizar o Brasil. Eu só entro com requerimento se estiver bem claro que ele é cabível. Se não, vou diminuir a reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Ele é definitivamente cabível. V.Exa. tem total...

Deputado Costa Ferreira.



O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, estou achando o debate muito bem ordenado e, claro, como participante da Comissão, todos nós queremos o melhor para o sucesso dela.

Dentro desse pressuposto, eu acho que deveríamos convocar para fazer o estudo, vamos supor, dois ou três *experts* sobre o Poder Judiciário. Essas pessoas seriam convidadas para fazer palestras sobre o Poder Judiciário e suas instituições. Dentro da Teoria Geral do Estado, dois ou três convidados viriam dar uma visão ampla do Poder Executivo e as suas instituições, e outros viriam falar sobre o Poder Legislativo e sobre o Ministério Público. Eu acredito que esses quatro Poderes do Estado poderiam, através de juristas e homens embasados nessa teoria, comparecer aqui para fazerem conferência. E aí a gente iria anotando para poder aqui, depois do debate, já ter um norte. E, a partir desse norte, já que nós vamos fazer o aprimoramento do Estado e das instituições democráticas, teremos aqui os pontos principais: Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e Ministério Público. E, com isso, a gente já teria tudo para começar, porque tudo que o nosso Deputado aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Praciano.

O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA - O Deputado que está falando aqui está preocupado e nós também. Só que ele também está preocupado em entrar em detalhes que poderão até ser prejudiciais. Então, eu acredito que a gente vem do maior, do todo, para o menor. Da lógica maior para a lógica menor. E a gente termina chegando a uma conclusão lógica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Deixa eu fazer uma proposição. Eu tenho vários requerimentos. Alguns cobrem inclusive as preocupações colocadas aqui agora, que é a questão de discutir, por exemplo, o Judiciário com três juristas — está aqui, está entre os requerimentos.

Então eu vou fazer uma proposta. Nos todos aqui — e incluo o Deputado Costa Ferreira, que tem mais experiência do que eu — sabemos que tudo que está sendo sugerido aqui pode, através de um simples requerimento encaminhado à Comissão, ser ajustado para que o foco não seja disperso, para que nós ajustemos o foco para as questões que realmente interessam no relacionamento entre os Poderes e que interessam à sociedade brasileira.



Então, eu vou, se me permitem, ler os requerimentos, porque acho que muita coisa fica facilitada. Nesse primeiro requerimento ficou clara a ideia de que nós estamos reservando um espaço nas comemorações, que acontecerão, dos 25 anos da Constituição Cidadã, da Constituição em vigor, para que esta Comissão não bata palma, mas apresente o resultado não só das suas reflexões, a partir... Aqui ninguém está querendo... Se for para teorizar, não vai adiantar nada. O Brasil tem teorias e leis demais e às vezes decisões ou encaminhamentos objetivos de menos. Então, o que nós queremos é reservar um espaço, porque, senão, não teremos esse espaço, para discutirmos o que foi encaminhado objetivamente. Não as grandes reflexões, refazer o Estado. Acho que a pretensão seria grande, passaria por um processo constituinte. Mas o que nós pudermos aprimorar seria apresentado dentro dessas comemorações. Seria uma janelinha dentro dessas comemorações dos 25 anos.

Nós podemos aprovar esse primeiro requerimento?

Então eu coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, com as modificações já colocadas aqui, o espaço para que sejam feitas as modificações, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 2, também do Deputado Rogério Carvalho, que requer a realização... Não tem nomes, nada. Nós temos só o grande tema. Está aberto aqui e qualquer um dos participantes da Comissão pode apresentar o tema específico, inclusive os nomes adequados para fazer a discussão

Requer a realização de Seminário da Comissão de Aprimoramento das Instituições Brasileiras para debater com a sociedade civil organizada e com representantes do Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal e do Poder Judiciário o tema *Sistema de Governo*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.



Requerimento nº 3, também do nobre Relator, Deputado Rogério Carvalho, que *“requer a realização de Seminário da Comissão de Aprimoramento das Instituições Brasileiras para debater com a sociedade civil organizada e com representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal e do Poder Judiciário o tema Estado e Governo”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Agora o Deputado Rogério Carvalho fará a apresentação dos requerimentos que eu apresentei a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Requerimento nº 4, do Deputado Saraiva Felipe, que *“requer a realização de Seminário da Comissão de Aprimoramento das Instituições Brasileiras para debater com a sociedade civil organizada e representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal e do Poder Judiciário o tema Estrutura Federativa”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 5, do Deputado Saraiva Felipe, que *“requer a realização de Seminário da Comissão de Aprimoramento das Instituições Brasileiras para debater com a sociedade civil organizada e com representantes dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e do Poder Judiciário o tema Democracia Participativa e Representativa”*.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Peço permissão a V.Exa. para subscrever o requerimento.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Agradeço ao nobre Deputado João Ananias a subscrição desse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Em votação o requerimento.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 6, do Deputado Saraiva Felipe, que *“requer a realização de Missão Oficial da Comissão de Aprimoramento das Instituições Brasileiras para estudar os temas Sistema de Governo e Estrutura Federativa nos Estados Unidos, República Francesa, República Federal da Alemanha e Federação Russa”*.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Peço permissão a V.Exa. para me incluir nessa Comissão. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Saraiva Felipe) - Nada mais havendo a tratar...

Eu esclareço que as comunicações referentes à próxima reunião serão encaminhadas, no prazo regimental, aos *e-mails* institucionais dos Srs. e Sras. Deputadas, dos Srs. Líderes e dos senhores consultores designados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.